

CONTRATO nº 007/2023

P.B.H. - ATIVOS S/A
REGISTRADO

Livro nº 02

Fls.: 63 REG. Nº 065-2023

30/10/23

Processo n. 01.23.823

Contratação de prestação de serviços de consultoria e assessoria especializada para a avaliação econômica, financeira e institucional dos serviços de água e esgoto do Município de Belo Horizonte, que celebram a **PBH ATIVOS S/A** e a **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE**

A **PBH ATIVOS S/A**, empresa estatal, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua Espírito Santo, n. 605 – 10º Andar – Centro – Belo Horizonte / MG – CEP n. 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o n. 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o n. 418.354.846-20, e por seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o n. 063.178.506-07, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.: 43.942.358/0001-46, estabelecida na Av. Corifeu de Azevedo Marques, n.: 5.677, Vila São Francisco, São Paulo/SP, CEP: 05.339-005, representada por seu Diretor Presidente Carlos Antonio Luque, CPF: 078.334.318-34 e Diretora de Pesquisas Maria Helena Garcia Pallares Zockun, CPF: 574.836.638-04, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente de Contratação Direta por Dispensa de licitação nº 020/2023, processo administrativo n. 01.23.823, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a signatária do presente CONTRATO;
- II. **CONTRATANTE**: PBH ATIVOS, na condição de signatária do CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos SERVIÇOS, celebrado entre a PBH ATIVOS e a CONTRATADA, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **SERVIÇOS**: denomina os serviços que compõem o objeto do CONTRATO, conforme especificações do Termo de Referência, em especial do Anexo I, bem como da Proposta apresentada pelo CONTRATADO.
- V. **DOM**: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- VI. **PREPOSTOS**: representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA na



execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;

VII. RILC: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 007/2022, e disponível no sítio eletrônico da Contratante cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;

VIII. SERVIÇOS: designa o conjunto de serviços e demais atividades que integram o objeto do CONTRATO, conforme especificações do presente instrumento, em especial da cláusula segunda e do Anexo I;

IX. TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS ou TR: Termo de Referência da contratação direta da Dispensa nº 020/2023, correspondente ao processo administrativo nº 01.23.823 que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Prestação de serviços de consultoria e assessoria especializada para a Avaliação Econômica, Financeira e Institucional dos Serviços de Água e Esgoto do Município de Belo Horizonte.

2.2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I. Termo de Referência; independentemente de sua transcrição completa;
- II. Proposta da Contratada;
- III. Matriz de Risco.

2.2.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais n. 15.113/2013 e n. 15.185/2013, Leis Federais n. 10.406/2022, n. 12.846/2013 e n. 13.303/2016, Instrução Normativa n. 004/2021 que instituiu o Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos e Instrução Normativa PBH ATIVOS n. 007/2022 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é de 18 (dezoito) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado nos termos da lei, em especial dos arts. 71, 72 e 81 da Lei Federal n. 13.303/2016.

4.2. Os prazos de execução do CONTRATO serão divididos de acordo com cada entrega relacionada no objeto e constante do Anexo I.



4.2.1.O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados da data da emissão da Ordem de Serviço, observado o cronograma previsto na DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ANEXO I do Termo de Referência.

4.3.A Contratada fará uma reunião, com agendamento prévio, com a Equipe da PBH Ativos, para apresentação da sua estrutura organizacional, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, com o objetivo de coletar dados e obter as informações necessárias para a programação definitiva dos trabalhos.

4.3.1O Plano de trabalho com o cronograma deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis após a reunião para apresentação da sua estrutura organizacional e aprovado pela PBH ATIVOS S/A, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejudicar o escopo global do trabalho;

4.4.Como resultado dos serviços a serem executados, deverão ser entregues os produtos devidamente detalhados no ANEXO I deste Contrato.

4.5.A Ordem de Serviço – OS será emitida pela CONTRATANTE após a aprovação do Plano de Trabalho.

4.6.A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da Ordem de Serviço, a seguinte documentação sobre a Equipe Técnica:

4.6.1.Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) da Contratada, quando couber, em nome de quaisquer dos seus responsáveis técnicos constantes da Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto à entidade profissional competente, cobrindo todo escopo do contrato;

4.6.2.Relação da Equipe Técnica cobrindo o escopo contratado, contendo o nome de cada profissional com sua correspondente caracterização profissional e a função que desempenhará, com uma cópia do currículo atualizado de cada profissional;

4.6.3.Comprovação de integração de cada um dos profissionais da Equipe Técnica ao Quadro Permanente da Contratada, feita através de cópia do Contrato de Trabalho do profissional; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, além da devida Certidão de Registro na entidade profissional competente como RT da Contratada; ou, ainda, através do contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), quando a legislação assim exigir;

4.6.4.ART, RRT e/ou TRT dos profissionais que compõem a Equipe Técnica para os serviços a serem executados no contrato. Essas anotações, registros e/ou termos devem ser vinculados à ART, RRT e/ou TRT da Contratada, quando couber;

4.7.Quaisquer alterações para a apresentação dos produtos/entregas, a CONTRATADA deverá submeter ao prévio conhecimento e aprovação da CONTRATANTE.

4.8.Quaisquer alterações para a apresentação dos relatórios, a Contratada deverá submeter ao prévio conhecimento e aprovação da PBH ATIVOS S/A.



CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os serviços estão descritos no ANEXO I - DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, deste Contrato. A execução ocorrerá no escritório da CONTRATADA ou virtualmente e entregue à PBH Ativos na Rua Espírito Santo, 605 - 10º andar - Centro, Belo Horizonte - MG, 30160-919, no horário de 09:00 às 17:00 horas, em dias úteis, ou virtualmente por meio de endereço eletrônico a ser disponibilizado oportunamente.

5.2. O serviço será recebido pela CONTRATANTE nos termos do art. 121 e seguintes do RILC, da seguinte forma:

I. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com o especificado na DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ANEXO I do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

II. Definitivamente, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado na DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ANEXO I do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

5.3. Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO será realizado o recebimento definitivo pelo fiscal do CONTRATO, com a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, após o qual a CONTRATADA será comunicada para emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

5.4. Caso seja constatada a desconformidade do serviço com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.5. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da lei.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.7. O cronograma físico-financeiro a ser executado estará em conformidade com a DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ANEXO I do Termo de Referência e o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para o período de vigência deste contrato.

6.2. No preço proposto deverão estar incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições para prestação do serviço, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, despesas de viagens, alimentação, deslocamentos e estadias e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO



7.1. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal, conforme proposta comercial e legislação vigente e entregá-la até 01 (um) dias após sua emissão.

7.2. Os pagamentos serão, correspondentes a cada entrega (Produto), EM CONFORMIDADE COM O DESEMBOLSO FINANCEIRO CONSTANTE DO TERMO DE REFERENCIA e efetuados em até 30 (trinta) dias, após a emissão da (s) Nota (s) fiscal (is) pela CONTRATADA e condicionado à aprovação pelo Fiscal do Contrato.

7.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizados e o período da execução.

7.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal n. 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

9.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que deve vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

9.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I. a partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III. em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.



9.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato celebrado, no Termo de Referência e anexos, bem como daquelas decorrentes de leis, decretos e instruções, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I. manter os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de contratação direta;

II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como a eventual perda dos pressupostos para a contratação;

III. cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;

IV. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;

V. responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

VI. reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato;

VII. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;

VIII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a PBH Ativos, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade;

IX. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato;

X. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;

XI. não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie;

XII. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a PBH Ativos, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da Contratada, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas no instrumento.



a) A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à PBH Ativos a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

b) No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, a Contratada deverá colaborar com a PBH Ativos no âmbito do processo de demonstração da vantajosidade da contratação, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

XIII. toda a documentação que seja obtida ao longo da prestação do serviço será propriedade exclusiva da CONTRATANTE.

XIV. A CONTRATADA, na forma do art. 49 da Lei Federal n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, deverá ceder à CONTRATANTE os direitos autorais patrimoniais relativos a produtos resultantes da prestação dos serviços técnicos objeto deste Termo de Referência e anexos.

XV. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado na DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ANEXO I-descrição da prestação do serviço deste contrato e de acordo com o Termo de Referência e anexos.

XVI. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

XVII. A CONTRATANTE poderá solicitar a reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO.

XVIII. É obrigação da CONTRATADA arcar com todos os custos relativos a despesas e condições para prestação dos serviços, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, despesas de viagens, deslocamentos e estadias, transporte e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto desta contratação.

XIX. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

XX. A CONTRATADA deverá alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos serviços, devendo:

a) Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

i. garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO

ii. Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessárias à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;

iii. Participar das reuniões;



iv. dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

b) Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessárias à referida comprovação;

c) Garantir a observância das disposições do CONTRATO e de legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH Ativos ou a terceiros.

d) Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO.

e) Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;

f) Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;

g) Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando, a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

XXI. A Contratada deverá ter disponibilidade de EQUIPE TÉCNICA, instalações e aparelhamento adequados, inclusive equipamentos para execução de ensaios e softwares para análise dos dados coletados, apresentação dos resultados e elaboração de projetos. Além disso, a Contratada deverá ter condições de elaborar os serviços demandados durante a vigência do contrato.

a) Todos os profissionais da equipe técnica deverão ter à sua disposição, fornecidos pela Contratada, os equipamentos e materiais necessários ao desempenho de suas funções.

b) A Contratada deverá apresentar, a partir da emissão da Ordem de Serviço, a Equipe Técnica que efetivamente elaborará os serviços objeto desta contratação, considerando o Cronograma Físico-Financeiro.

c) Na apresentação da EQUIPE TÉCNICA deverá ser entregue a Relação da Equipe Técnica contendo: a citação nominal completa de todos os profissionais com sua correspondente caracterização profissional e a função a qual será designado dentro da equipe técnica.

d) Em caso de substituição e/ou acréscimo de profissionais da EQUIPE TÉCNICA, por parte da Contratada, os procedimentos serão os mesmos de quando da apresentação da EQUIPE TÉCNICA.

e) Caso a atribuição do novo profissional faça parte do quadro da EQUIPE TÉCNICA mínima, sua qualificação deverá obedecer aos mesmos critérios exigidos para habilitação do profissional apresentado anteriormente, devendo a alteração ser devidamente justificada e aprovada pela Contratante.



f) A Contratada ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes da EQUIPE TÉCNICA realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.
- V. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, conforme fase a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços.
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

12.1. A CONTRATADA não poderá ceder este contrato, total ou parcialmente, à terceiros em nenhuma hipótese. Os serviços serão de responsabilidade dos profissionais da equipe técnica, ressalvados aqueles de eventuais diligências de rotina ou diagnósticos técnicos não inseridos nos escopos específico de conhecimento do objeto do contrato e não poderá ser utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado (serviços de responsabilidade dos profissionais da equipe técnica da CONTRATADA), exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.



12.4. Não será admitida a formação de consórcios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SIGILO

13.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH ATIVOS¹, veiculado por meio da Instrução Normativa n. 004/2021- PBH ATIVOS, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I. recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II. tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III. oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV. preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V. abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI. rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII. promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos licitatórios e de contratação direta realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das

¹ Disponível em < <https://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/> >



disposições insertas nas Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH ATIVOS, Instrução Normativa n. 004/2021 e Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS, Instrução Normativa n. 008/2022².

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a execução do CONTRATO e com os propósitos dessa disposição, está ciente dos seguintes termos:

- I. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V. “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais n. 13.303/2016 e n. 10.406/2002, na IN n.007/2022 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS (RILC) e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E SEUS PROCEDIMENTOS

17.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes deste CONTRATO, pelo futuro CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

² Disponíveis em < <https://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/> >

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

17.2. Da advertência:

17.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, será aplicada sanção mais elevada.

17.3. Da multa:

17.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste TR e anexos e no CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II. multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III. multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei Federal 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;



- f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
- h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
- j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- IV. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- V. multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;
- VI. indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

17.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 17.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

17.3.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

17.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

17.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

17.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.



17.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no CONTRATO e das demais cominações legais.

17.5. Dos procedimentos

17.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

17.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.5.4. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório/contratação direta não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

17.5.5. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

17.5.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

17.5.6.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

17.5.6.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. execução da garantia do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente, se houver garantia;



III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

18.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção e Dados Pessoais), suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

18.2. A CONTRATADA compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

18.3. CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

18.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.4.1. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.4.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

18.5. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses previstas em lei e /ou em normas específicas.

18.5.1. A CONTRATADA não será permitida deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1.1. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.



18.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.6.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal n. 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

18.7. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei Federal n. 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

18.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal n. 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

18.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

18.10. A CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia aos funcionários, colaboradores e outras pessoas vinculadas à CONTRATADA quando fizer o tratamento de seus dados pessoais para fins de execução contratual, nos termos do art. 6º, I, da Lei Federal n. 13.709/2018.

18.10.1. Para fins do cumprimento da disposição anterior, a CONTRATADA se obriga a enviar à CONTRATANTE relação de seus funcionários e colaboradores que atuarão na execução contratual, antes do início desta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

19.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:



- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
 - II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a. atrasos injustificados;
 - b. subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
 - c. fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d. desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e. cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
 - f. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g. dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
 - h. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
 - i. ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
 - j. não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
 - k. descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - l. perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
 - m. nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - n. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.
- 19.2.1.** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.
- l. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará na retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLAUSULA VIGÉSIMA - DA MATRIZ DE RISCO E DAS RESPONSABILIDADES

20.1. A Matriz de Risco é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do

equilíbrio econômico-financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

20.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionadas ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não exaustivas elencadas na Matriz de Riscos.

20.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando este competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

20.4. A Matriz de Risco - Anexo III do Termo de Referência, constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

21.1. A CONTRATADA deverá dar caráter confidencial a todos os serviços executados no âmbito do Contrato, salvo expressa anuência da CONTRATANTE.

21.2. As comunicações entre as partes serão feitas, preferencialmente, por correio eletrônico, podendo ambas serem reciprocamente notificadas por este meio, devendo a correspondência ser enviada para o endereço de e-mail indicado por cada uma, em dia útil para a Contratante e durante o horário comercial, sendo considerada a data da notificação o primeiro dia útil seguinte caso não seja enviada nas referidas condições.

21.3. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas por carta, telegramas, e-mail ou por fax, desde que com comprovação do recebimento.

21.4. As comunicações dirigidas à CONTRATADA deverão ser encaminhadas por escrito no seguinte local/endereço: Avenida Corifeu de Azevedo Marques n. 5.677 – Cidade de São Francisco – SP/SP – CEP n. 05339-005 – e-mail: fipe@fipe.org.br

21.5. As comunicações dirigidas à CONTRATANTE deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: Rua Espírito Santo, 605, 10º andar – Centro - CEP n. 30.160-919, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e anexos, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal n. 13.303/2016.

22.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei Federal n. 13.303/2016.

22.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

22.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

22.5. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados



pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

22.6. Demais providências deverão ser regidas pela Lei Federal n. 13.303/2016 c/c com a Instrução Normativa n. 007/2022, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH Ativos S/A.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO

23.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.


CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 30 DE OUTUBRO DE 2023.



Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS

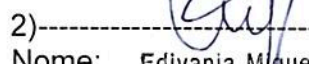

Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS


Carlos Antonio Luque
Diretor Presidente
FIPE


Maria Helena Garcia Pallares Zockun
Diretora de Pesquisas
FIPE

Testemunhas:

1) 
Nome: PAULO ANTONIO A. F. REIS
CPF: 924.844.176-31

2) 
Nome: Edivania Miquei da Silva
CPF: 34.228.985-8
RG.: 309.139.028-45



ANEXO I (ANEXO I DO TR)

ANEXO I DO TR - DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. OBJETIVO

- 1.1. Este documento, tem por objetivo estabelecer o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para configurar a execução do objeto.
- 1.2. Em caso de possíveis dúvidas decorrentes de conflitos entre o Termo de Referência e as especificações dos serviços, prevalecerá este documento.

2. OBJETO E PRODUTOS

- 2.1. A prestação de serviços técnicos especializados para a Avaliação Econômica, Financeira e Institucional dos Serviços de Água e Esgoto do Município de Belo Horizonte, compreendendo as seguintes Entregas:
 1. Plano de trabalho
 2. Caderno de Diagnósticos Institucional, de Governança Metropolitana e de Aspectos Tarifários e Regulatórios

Rua Espírito Santo, 605 - 10º andar - Centro - CEP: 30.160.919 - Belo Horizonte | MG
☎ +55 31 | 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 37 de 50



3. Relatório de validação das premissas técnicas
4. Relatório de *Valuation*
5. Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais para a Prestação dos Serviços Integradas a Respeito Avaliação Econômico-Financeira
6. Apoio às negociações com a COPASA

2.2. Prazos

O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, contados da emissão da ordem de serviço.

3. ORIENTAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os estudos serão elaborados em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal sobre o tema, especialmente a Constituição Federal, a Lei Nacional de Saneamento Básico e seus regulamentos, a Lei nº 8.260/2001, que institui a Política Municipal de Saneamento e o Plano Municipal de Saneamento.

Todos os serviços elencados neste Termo de Referência deverão ser encaminhados à FISCALIZAÇÃO devidamente compatibilizados. Antes de serem entregues, todos os documentos, relatórios e planilhas deverão ser assinados, em carimbo específico, pelo COORDENADOR TÉCNICO e pelos RESPONSÁVEIS TÉCNICOS dos serviços.

Serviços a serem executados e entregas esperadas:

3.1. Plano de Trabalho

Deverá ser elaborado Plano de Trabalho que detalhará a metodologia de execução dos serviços, os produtos a serem apresentados e equipe técnica envolvida.

O objetivo do documento será nortear a Prefeitura de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura quanto aos serviços que serão executados, permitindo-lhe um acompanhamento próximo da execução dos trabalhos.

Rua Espírito Santo, 605 - 10º andar - Centro - CEP: 30.160.919 - Belo Horizonte | MG
☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

3.2. Caderno de Diagnósticos Institucional, de Governança Metropolitana e de Aspectos Tarifários e Regulatórios

Este produto deverá conter três seções:

- a) Institucional
- b) Governança Metropolitana e
- c) Aspectos Tarifários e Regulatórios

Na seção (a) "Institucional", o documento deverá conter a descrição da estrutura da COPASA e análise do contrato celebrado com o Município.

Na primeira parte desta seção serão descritas a origem e a natureza da companhia estadual, a legislação aplicável e sua estrutura societária e de governança, a fim de compreender como e por quem as decisões estratégicas são tomadas na companhia.

Na segunda parte da seção Institucional será analisado especialmente o contrato celebrado com o Município de Belo Horizonte. Serão analisadas características relevantes desse contrato, como o prazo de vigência e as obrigações da companhia estadual, sendo comparadas com cláusulas de contratos semelhantes celebrados por outras capitais de estado, por meio de estudo de *benchmarking*.

Na seção (b) "Governança Metropolitana" deverá ser elaborada uma breve contextualização da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), composta por 35 municípios, que foi criada pela Lei Complementar Federal nº 14/1973 e é regulamentada pelas Leis Complementares Estaduais nº 88/2006 e nº 89/2006. A prestação integrada dos serviços de água e esgoto no território metropolitano atende à diretriz de regionalização imposta pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, sendo inclusive condição para acesso a recursos federais ou à obtenção de financiamento por órgãos e entidades federais. Esta contextualização deverá considerar as propostas de regionalização do governo estadual apresentadas, em especial a apresentada pela Secretaria de Meio Ambiente (Semad), bem como deverá ser elaborada com um viés do município de Belo Horizonte.

Como uma das alternativas para a prestação dos serviços em Belo Horizonte é justamente a criação de entidade interfederativa para atuar no território metropolitano, cumpre analisar a estrutura de



governança da RMBH, junto a estudo de *benchmarking* das estruturas de governança de outras regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões ao redor do país. Por fim, esta seção também contemplará as posições do Supremo Tribunal Federal envolvendo a governança das entidades metropolitanas e detalhará as matérias ainda em debate.

Na seção (c) "Aspectos Regulatórios e Tarifários" deverá ser elaborado um capítulo composto por duas partes:

- o Estudo sobre a tarifa praticada em Belo Horizonte;
- o Estudo sobre a regulação exercida pela ARSAE-MG;

Na primeira parte, será analisada a tarifa praticada pela COPASA em Belo Horizonte e elaborado estudo de *benchmarking* de tarifas em outras capitais de estados para fins de comparação.

Na segunda, será estudada a ARSAE-MG, avaliando as práticas regulatórias da Agência e a confiabilidade das informações regulatórias produzidas. A regulação é aspecto essencial da prestação dos serviços de saneamento básico, influenciando diretamente na percepção do risco pelos prestadores, e a atuação das agências em conformidade com as normas de referência editadas pela ANA é condição para o acesso a recursos federais ou à obtenção de financiamento com órgãos e entidades federais. Também deverá ser avaliada a possibilidade de em algum cenário o Município se valer de uma opção alternativa à ARSAE-MG para a regulação dos serviços, conforme o arranjo de regionalização.

3.3 Relatório de validação das premissas técnicas

O investimento e as despesas operacionais são parte relevante da composição do valor da concessão. Investimentos mais altos e custos mais altos fazem, via de regra, a concessão valer menos. Como a COPASA é quem detém todas as informações técnicas, há uma assimetria informacional.

Será necessário um trabalho de validação das principais premissas técnicas adotadas pela COPASA para a proposta de renovação contratual, bem como a verificação, por amostragem, dos ativos da COPASA no Município.

O relatório deverá apresentar uma revisão dos valores de investimento e custo operacional da COPASA, incluindo de orçamentos referenciais apresentados pela COPASA, bem como uma

análise crítica desses investimentos e do atual estágio dos ativos da COPASA, verificação feita com base em visitas por amostragem e material enviado pela própria COPASA.

3.4 Relatório de *Valuation*

O objetivo é calcular quanto vale a prestação dos serviços em Belo Horizonte, calculando-se a rentabilidade dos serviços. A metodologia deverá ser a do fluxo de caixa estimado descontado.

Este relatório será dividido em três seções:

- a) Verificação do atendimento ao Plano de Negócios
- b) Consolidação do *Valuation* do direito de explorar o serviço no município
- c) Verificação das demonstrações financeiras

Na seção (a) "Verificação do atendimento ao Plano de Negócios" da concessão, a Contratada deverá fazer uma verificação se os investimentos previstos para o período de 2002 até a presente data foram realizados conforme previsto. Esta seção deverá explicitar ao Contratante se há alguma intervenção prevista que deveria ter sido executada e não tenha sido. Em caso de não execução, a Contratada deverá colher subsídios junto à COPASA e à SMOBI com as respectivas justificativas apresentadas.

Esta seção deverá, ainda, conter um comparativo entre todas as intervenções previstas versus todas as intervenções de fato realizadas de forma a facilitar a compreensão pela Contratada da aderência entre o previsto versus o realizado na concessão.

A seção (b) "Consolidação do *Valuation* do direito de explorar o serviço no município" deverá conter o estudo de completo de *valuation* do direito de explorar os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Belo Horizonte.

A montagem do fluxo de caixa deverá ser feita a partir do diagnóstico econômico-financeiro realizado. Para a projeção deverá ser elaborado o fluxo de caixa recente da prestação de serviços no município de Belo Horizonte, destacando: a evolução da receita nos diferentes serviços; os investimentos realizados; a evolução das despesas. As informações deverão ser obtidas junto à ARSAE para o período em que os dados recebidos do prestador tenham sido por ela certificados, bem como outras fontes oficiais, tais como a própria Copasa, o Município e a ANA.



Esta metodologia possibilitará um conjunto de análises de extrema relevância:

- Qual o VPL do contrato atual de prestação de serviços no Município de Belo Horizonte;
- Qual seria a tarifa necessária para garantir a remuneração do investimento em condições semelhantes às praticadas no mercado;
- Qual seria o impacto na tarifa em diferentes cenários de despesas operacionais.
- Para o caso da manutenção da política tarifária atual, qual seria a margem para negociação de repasses adicionais ao Fundo Municipal de Saneamento, inclusive tendo em vista recente notificação encaminhada à COPASA e à ARSAE-MG.

Enfim, deverão ser feitas diversas análises em diferentes cenários de organização da prestação de serviços, políticas de investimentos, despesas operacionais e remuneração do capital investido.

O estudo servirá de base para as negociações com a COPASA, permitindo comparar a rentabilidade dos serviços em Belo Horizonte com os montantes atualmente investidos (ou previstos) pela companhia estadual no Município, e verificar qual a importância do Município na geração de resultado da companhia e, portanto, na geração de valor da COPASA.

A seção (c) "Verificação das demonstrações financeiras" será composta pela análise das demonstrações financeiras da COPASA, dos últimos 5 anos e de estudo comparativo por meio de *benchmarking* de outras companhias estaduais no país.

O objetivo é avaliar a saúde financeira da COPASA e apresentar conclusões preliminares sobre a possibilidade de realização de novos investimentos para a expansão e melhoria da qualidade dos serviços prestados em Belo Horizonte.

Além da análise do desempenho financeiro, será feita uma análise da política de distribuição de dividendos e da política de investimentos da empresa, comparativamente a outras empresas do setor, para avaliar se uma compromete a outra. Também poderá ser avaliado como esta política pode afetar as tarifas praticadas.



3.5 Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais para a Prestação dos Serviços Integradas à Respektiva Avaliação Econômico-Financeira

A partir do Relatório de *Evaluation*, o Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais apresentará a comparação dos diferentes cenários para a prestação dos serviços no Município de Belo Horizonte. Será apresentado também um fluxo de caixa estimado para cada ente interfederativo eventualmente criada para a prestação dos serviços na RMBH, e comparado com diferentes cenários resultantes de alterações no contrato de Belo Horizonte com a COPASA.

O Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais também apresentará comentários e sugestões para cada cenário avaliado, incluindo a proposição de estratégias e de meios e modelos para sua implantação.

3.6 Apoio às negociações com a COPASA

O Apoio às negociações com a COPASA será formalizado por Relatório Mensal consolidando o material utilizado (tais como apresentações de slides) e as atas de reuniões com a COPASA para a negociação das condições do contrato com Belo Horizonte, respeitado o sigilo inerente às negociações com empresas com ações em bolsa de valores. Também será compilado todo e qualquer documento elaborado pela CONTRATADA ao final das reuniões, inclusive com o intuito de formalizar as negociações realizadas.



263
m

4. CRONOGRAMA FISICO

PRODUTO	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Produto 1 - Plano de Trabalho												
Produto 2 - Caderno de Diagnósticos Institucional, de Governança Metropolitana e de Aspectos Tarifários e Regulatórios												
Produto 3 - Relatório de Validação das Premissas Técnicas												
Produto 4 - Relatório de Valuation												
Produto 5 - Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais para a Prestação dos Serviços Integradas à Respetiva Avaliação Econômico-Financeira												
Produto 6 - Apoio às negociações com a COPASA												

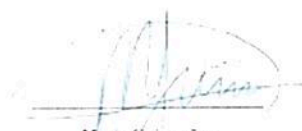


5. DESEMBOLSO FINANCEIRO

Produto	Entrega	% do Contrato	Valor (R\$)
1	Plano de Trabalho	5	
2	Caderno de Diagnóstico Institucional, de Governança Metropolitana e de Aspectos Tarifários e Regulatórios	10	
3	Relatório de Validação das Premissas Técnicas	10	
4	Relatório de Valuation	30	
5	Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais para a Prestação dos Serviços Integradas à Respectiva Avaliação Econômico-Financeira	25	
6	Após as negociações com a COPASA	20	
Total		100	



Daniel Negueira
Diretor de Negócios



Mario Guimarães
Gerente de Projetos



ANEXO II (PROPOSTA DA CONTRATADA)

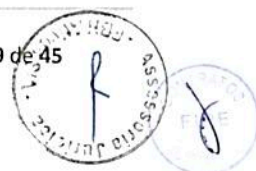


PBH ATIVOS S.A.

AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E INSTITUCIONAL DOS
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE BELO HORIZONTE

PROPOSTA

SÃO PAULO
OUTUBRO/2023



fipe

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	OBJETO	2
3.	OBJETIVOS	3
4.	PRODUTOS	4
5.	CRONOGRAMA	9
6.	ORÇAMENTO	10
7.	OBSERVAÇÕES FINAIS	11

PP 1812



1. INTRODUÇÃO

Os serviços de água e esgoto no de Belo Horizonte são prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), responsável pela prestação dos serviços de saneamento na maior parte do estado mineiro, tendo o Governo do Estado como seu principal acionista. A Copasa foi fundada a partir da Companhia Mineira de Água e Esgotos (Comag), responsável pelos serviços de água e esgoto na capital mineira desde a década de 1970.

A PBH Ativos, Sociedade Anônima de capital fechado, tem como acionistas o próprio Município, a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S.A. (Prodabel) e a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. (BHTrans).

A finalidade da PBH Ativos é complementar políticas públicas, dando apoio sistemático ao Município de Belo Horizonte por meio da estruturação de operações financeiras, estruturação de projetos de parcerias, além da concessão de garantias para contratos de Parcerias Público-Privadas.



2. OBJETO

A presente proposta tem como objeto a elaboração de estudos para avaliação econômico-financeira e institucional dos serviços de água e esgoto de Belo Horizonte, com a finalidade de subsidiar o Município com dados pertinentes à definição das estratégias para o atingimento das metas referentes aos serviços de água e esgoto na capital mineira.

PP 1812

2



3. OBJETIVOS

São objetivos do trabalho:

- Compreender a origem e a natureza da Copasa, a legislação aplicável e sua estrutura societária e de governança, a fim de compreender o fluxo de tomada de decisões estratégicas na companhia;
- Analisar o contrato celebrado entre a Copasa e o Município de Belo Horizonte, considerando características relevantes desse contrato, como o prazo de vigência e as obrigações da companhia;
- Realizar estudo de *benchmarking*, comparando os termos do contrato com cláusulas de contratos semelhantes, celebrados por outras capitais de estado;
- Analisar as propostas de regionalização do governo estadual apresentadas, em especial a apresentada pela Secretaria de Meio Ambiente (Semad);
- Analisar a estrutura de governança da Região Metropolitana de Belo Horizonte, junto ao estudo de *benchmarking* das estruturas de governança de outras regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões ao redor do país;
- Analisar as posições do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo a governança das entidades metropolitanas e detalhar as matérias ainda em debate;
- Realizar estudo sobre a tarifa praticada em Belo Horizonte e sobre a regulação exercida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG);
- Calcular o valor da prestação dos serviços de saneamento em Belo Horizonte, calculando a rentabilidade dos serviços, considerando a metodologia do fluxo de caixa estimado descontado;
- Avaliar a saúde financeira da Copasa e apresentar conclusões preliminares sobre a possibilidade de realização de novos investimentos para a expansão e melhoria da qualidade dos serviços prestados em Belo Horizonte.



4. PRODUTOS

Produto 1 – Plano de Trabalho

Plano de trabalho detalhando a metodologia de execução dos serviços, os produtos a serem apresentados, o cronograma de atividades e a equipe técnica envolvida, contendo:

- Cronograma físico detalhado das atividades principais em cada fase do trabalho;
- Metodologia de execução das atividades do escopo, incluindo organização, abordagem e o plano de trabalho de elaboração dos estudos;
- Relação da equipe técnica e respectivos currículos dos pesquisadores que coordenarão a execução dos serviços;
- As linhas básicas do projeto com a descrição do objeto.

Produto 2 – Caderno de Diagnósticos Institucional, de Governança Metropolitana e de Aspectos Tarifários e Regulatórios

Diagnóstico detalhado da formação institucional da Copasa, da governança metropolitana e dos aspectos tarifários e regulatórios.

A. Seção A – Diagnóstico Institucional:

Descrição da estrutura da Copasa e a avaliação do contrato celebrado com o Município:

- 1ª parte da seção A: Descrição da origem e a natureza da Copasa, a legislação aplicável e sua estrutura societária e de governança, a fim de compreender como e por quem as decisões estratégicas são tomadas na companhia;
- 2ª parte da seção A: Análise do contrato celebrado com o Município, a partir da avaliação das características relevantes do contrato, do prazo de vigência e das obrigações da Copasa, sendo comparadas com cláusulas de contratos semelhantes celebrados por outras capitais, por meio de estudo de *benchmarking*.

B. Seção B – Governança Metropolitana:

Contextualização sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), composta por 35 municípios, criada pela Lei Complementar Federal nº 14/1973 e regulamentada pelas Leis Complementares Estaduais nº 88/2006 e nº 89/2006.

A prestação integrada dos serviços de água e esgoto no território metropolitano atende à diretriz de regionalização imposta pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, sendo, inclusive, condição para acesso a recursos federais ou à obtenção de financiamento por órgãos e entidades federais. Esta contextualização considerará as propostas de regionalização do governo estadual, em especial a apresentada pela Secretaria de Meio Ambiente (Semad).

Uma das alternativas para a prestação dos serviços em Belo Horizonte é a criação de entidade interfederativa para atuar no território metropolitano. Será avaliada a estrutura de governança da RMBH à luz de estudo de *benchmarking* das estruturas de governança de outras regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões ao redor do país. Também contemplará as posições do Supremo Tribunal Federal envolvendo a governança das entidades metropolitanas e detalhará as matérias ainda em debate.

C. Seção C – Aspectos Regulatórios e Tarifários:

- 1ª Parte da Seção C: Estudo sobre a tarifa praticada em Belo Horizonte com análise da tarifa praticada pela Copasa e elaboração de estudo de *benchmarking* de tarifas em outras capitais de estados;
- 2ª parte da Seção C: Estudo sobre a regulação exercida pela Arsae-MG. Será elaborado estudo sobre a Arsae-MG, de modo a avaliar as práticas regulatórias da agência e a confiabilidade das informações regulatórias produzidas. A regulação é aspecto essencial da prestação dos serviços de saneamento básico, interferindo diretamente na percepção de risco pelos prestadores, e a atuação das agências, em conformidade com as normas de referência editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), é condição para acesso a recursos federais ou obtenção de financiamento com órgãos e entidades federais. Também será avaliada a possibilidade do Município se valer de opção alternativa à Arsae-MG para regulação dos serviços, conforme arranjo de regionalização.

Produto 3 – Relatório de validação das Premissas Técnicas

Revisão dos valores de investimento e custo operacional da Copasa, incluindo orçamentos referenciais apresentados, bem como análise crítica dos investimentos e do atual estágio dos ativos da Companhia.

A verificação será realizada com base em visitas por amostragem e material enviado pela própria Copasa.

Investimentos e despesas operacionais são parte relevante da composição do valor da concessão, de modo que investimentos mais altos e custos mais altos implicam, via de regra, na desvalorização da concessão.

Será realizado trabalho de validação das principais premissas técnicas adotadas pela Copasa para a proposta de renovação contratual, bem como a verificação dos ativos da Companhia no município, por amostragem.

Produto 4 – Relatório de valuation:

Cálculo da rentabilidade dos serviços prestados em Belo Horizonte, utilizando-se a metodologia do fluxo de caixa estimado descontado.

A. Seção A – Verificação do atendimento ao plano de negócios:

Será apurado se os investimentos para o período de 2002, até a presente data, foram realizados como previsto. Esta seção explicitará, por exemplo, eventuais intervenções previstas que deveriam ter sido executadas e acabaram não sendo. Identificada a não execução, será realizada coleta de subsídios junto à Copasa e à SMOBI com as respectivas justificativas apresentadas.

Esta seção conterá, ainda, comparativo entre todas as intervenções previstas versus todas as intervenções de fato realizadas, de forma a facilitar a compreensão da aderência entre o previsto e o realizado na concessão.

B. Consolidação do *valuation* do direito de explorar o serviço no município:

Será apresentado estudo completo do *valuation* do direito de explorar os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Belo Horizonte.

A montagem do fluxo de caixa será feita a partir de diagnóstico econômico-financeiro realizado. Para a projeção, será elaborado o fluxo de caixa recente da prestação de serviços em Belo Horizonte, destacando:

- A evolução da receita nos diferentes serviços;
- Os investimentos realizados;
- A evolução das despesas.

As informações serão obtidas junto à Arsae-MG para o período em que os dados recebidos do prestador tenham sido por ela certificados, bem como outras fontes oficiais, tais como a própria Copasa, o Município e a ANA.

A metodologia possibilitará conjunto de análises de extrema relevância:

- O VPL do contrato atual de prestação de serviços em Belo Horizonte;
- A tarifa necessária para garantir a remuneração do investimento em condições semelhantes às praticadas no mercado;
- O impacto na tarifa em diferentes cenários de despesas operacionais;
- Para o caso da manutenção da política tarifária atual, a margem para negociação de repasses adicionais ao Fundo Municipal de Saneamento, levando-se em conta, inclusive, recente notificação encaminhada à Copasa e à Arsae-MG.

Serão realizadas análises em diferentes cenários de organização da prestação de serviços, políticas de investimentos, despesas operacionais e remuneração do capital investido.

O estudo servirá de base para as negociações com a Copasa, permitindo comparar a rentabilidade dos serviços em Belo Horizonte com os montantes atualmente investidos (ou previstos) pela Companhia no município, e verificar qual a importância do município na geração de resultado e de valor da Copasa.



C. Verificação das demonstrações financeiras:

Análise das demonstrações financeiras da Copasa dos últimos 5 (cinco) anos e estudo comparativo, por meio de *benchmarking*, de outras companhias estaduais no país.

O objetivo é avaliar a saúde financeira da Copasa e apresentar conclusões preliminares sobre a possibilidade de realização de novos investimentos para expansão e melhoria da qualidade dos serviços prestados em Belo Horizonte.

Além da análise do desempenho financeiro, será feita análise da política de distribuição de dividendos e da política de investimentos da Companhia, comparativamente a outras empresas do setor, para avaliar se uma compromete a outra. Também será avaliado como esta política pode afetar as tarifas praticadas.

Produto 5 – Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais para a Prestação dos Serviços, Integradas à Respectiva Avaliação Econômico-Financeira

Comparação dos diferentes cenários para a prestação dos serviços em Belo Horizonte. Será apresentado fluxo de caixa estimado para cada ente interfederativo (eventualmente criado para a prestação dos serviços na RMBH) e comparado com diferentes cenários resultantes de alterações no contrato com a Copasa.

O produto também contará com comentários e sugestões para cada cenário avaliado, incluindo a proposição de estratégias, meios e modelos para sua implantação.

Produto 6 – Apoio às Negociações com a Copasa

Relatório mensal consolidado do material utilizado (tais como apresentações de slides) e as atas de reuniões com a Copasa, para a negociação das condições do contrato com o Município, respeitado o sigilo inerente às negociações com empresas com ações na bolsa de valores. Também será compilado todo e qualquer documento elaborado pela Fipe ao final das reuniões, inclusive com o intuito de formalizar as negociações realizadas.



5. CRONOGRAMA

O prazo de execução das atividades é de 12 (doze) meses, de acordo com o cronograma a seguir:

PRODUTO	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Produto 1												
Produto 2												
Produto 3												
Produto 4												
Produto 5												
Produto 6												

6. ORÇAMENTO

O orçamento para a execução dos serviços propostos é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a serem pagos em 6 (seis) parcelas, contra a entrega dos produtos, da seguinte forma:

PARCELA	PRODUTO	VALOR (R\$)
1	Produto 1	75.000,00
2	Produto 2	150.000,00
3	Produto 3	150.000,00
4	Produto 4	450.000,00
5	Produto 5	375.000,00
6	Produto 6	300.000,00
TOTAL		1.500.000,00

Eventuais despesas de viagens, deslocamentos e estadias da equipe da Fipe serão de responsabilidade da Fipe.

O regime de execução adotado será de empreitada por preço global.



7. OBSERVAÇÕES FINAIS

- Esta proposta é válida por 6 (seis) meses;
- O conteúdo da presente proposta é protegido pela legislação de direitos autorais e não pode ser reproduzido ou divulgado, no todo ou em parte, por nenhum meio ou modo, sem autorização da Fipe;
- Toda correspondência formal relacionada ao projeto será encaminhada pela Diretoria da Fipe ou por suas áreas administrativas.

BRUNO TEODORO
OLIVA:21969741880

Assinado de forma digital por
BRUNO TEODORO
OLIVA:21969741880
Dados: 2023.10.02 14:45:09-0100

Bruno Teodoro Oliva
Coordenador de Pesquisas

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe
CNPJ: 43.942.358/0001-46

PP 1812

11



ANEXO III – MATRIZ DE RISCO

ANEXO III - MATRIZ DE RISCO

Identificação dos Riscos							Tratamento ao Risco	
Item	Entrega	Evento de Risco	Causas	Consequências	Avaliação $\sum (P) \times (I) =$ (NR)	Resposta no Evento de Risco	Responsável	
1	Diagnóstico Institucional	NA	NA	NA	1 x 1 = 1	NA	Contratada	
2	Diagnóstico Econômico Preliminar	NA	NA	NA	1 x 1 = 1	NA	Contratada	
3	Relatório de Governança Metropolitana	NA	NA	NA	1 x 1 = 1	NA	Contratada	
4	Relatório de Estudos Tarifários e Regulatórios	Falta de dados informacionais para os cálculos tarifários e regulatórios	Restrição ao acesso aos dados por parte da Copasa-MG e da Arsas-MG	Impossibilidade de realizar os cálculos tarifários e regulatórios	4 x 5 = 20	Definir interface com a Copasa-MG e a Arsas-MG, bem como avaliar a possibilidade de uso de dados do SNIS	Contratante	
5	Diagnóstico Técnico Preliminar	Falta de informações sobre ativos	Restrição ao acesso aos dados por parte da Copasa-MG e da Arsas-MG	Impossibilidade de realizar a descrição da base de ativos e os cálculos tarifários	4 x 5 = 20	Definir interface com a Copasa-MG e a Arsas-MG, bem como avaliar a possibilidade de uso de dados do SNIS	Contratante	
6	Relatório de Avaliação do Direito de Explorar o Serviço no Município	Falta de informações financeiras para a realização da valuation	Restrição ao acesso aos dados por parte da Copasa-MG e da Arsas-MG	Impossibilidade de realizar o valuation	4 x 5 = 20	Definir interface com a Copasa-MG e a Arsas-MG, bem como avaliar a possibilidade de uso de dados do SNIS	Contratante	
7	Relatório de Alternativas Jurídico-Institucionais para a Prestação dos	Falta das informações econômico-financeiras para	Restrição ao acesso aos dados por parte da	Impossibilidade de dar embasamento econômico	4 x 5 = 20	Definir interface com a Copasa-MG e a Arsas-MG, bem como avaliar a	Contratante	

Objeto: Prestação de serviços de consultoria e assessoria especializada para a Avaliação Econômica, Financeira e Institucional dos Serviços de Água e Esgoto do Município de Belo Horizonte						
Identificação dos Riscos				Avaliação	Tratamento ao Risco	
Item	Entrega	Evento de Risco	Causas	Consequências	Resposta ao Evento de Risco	Responsável
	Serviços Integrados à Respeitiva Avaliação Econômica e Financeira	embasar a gestão de mudanças institucionais	Copasa MG e da Arsc-MG	Impactos as supostas de mudanças institucionais	possibilidade de uso de dados do SNIS	
8	Apoio as negociações com a COPASA	Fuga de membros da equipe da Contratada	Quaisquer motivos de afastamento	Perda de informações, conhecimentos somente por quem elaborou o relatório	Citar memória das reuniões e rotinas de nivelamento de informações entre membros da equipe	Contratada
9	Apoio as negociações com a COPASA	Fuga de membros da equipe da Contratada	Quaisquer motivos de afastamento	Perda de informações, conhecimentos somente por quem acompanhou a elaboração do relatório	Citar memória das reuniões e rotinas de nivelamento de informações entre membros da equipe	Contratante



Escala de Impacto

Descrição do Impacto	Impacto	Nível
Indefinido	Muito baixo	1
Mínimo	Baixo	2
Mediano, com possibilidade de recuperação	Médio	3
Alto, com possibilidade baixa de recuperação	Alto	4
Máximo, sem possibilidade de recuperação	Muito Alto	5

Escala de Probabilidade

Descrição	Impacto	Nível
Sem histórico de ocorrência, fato extraordinário	Muito baixo	1
Ocorre, de maneira rara e inesperada	Baixo	2
Frequência reduzida de acontecimento	Médio	3
Histórico de ocorrência amplamente conhecido de forma casual	Alto	4
Ocorre de forma repetida, constante	Muito Alto	5

Nível de risco
Probabilidade x Impacto = Nível de Risco

Risco	Escala
Baixo	1 - 2
Médio	3 - 6
Alto	7 - 12
Extremo	13 - 25



Daniel Nogueira
Diretor de Negócios



Mario Guimarães
Gerente de Projetos

Rua Espírito Santo, 605 - 10º andar - Centro - CEP: 30.160.919 - Belo Horizonte | MG
☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 4 de 50



